

A CONSOLIDAÇÃO DO SER SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS - DA CONSTRUÇÃO COLETIVA À INDIVIDUALIZAÇÃO

Regina Lúcia Paulino da SILVA¹
José Gilberto de SOUZA²

RESUMO: A não democratização da terra desde o processo de colonização do Brasil acarretou uma série de conflitos no meio rural, que culminou com a formação de movimentos sociais de luta pela terra, dentre eles, o MST. As ações dos movimentos forçaram os governos a fazerem a reforma agrária, não exatamente a que os movimentos sociais reivindicam, mas uma política de distribuição de terras. O objetivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é a construção de uma sociedade socialista que passa pela construção do novo homem e da nova mulher. Objetivou-se com esse trabalho analisar a práxis dessa construção do ponto de vista produtivo, político e social. A luta dos camponeses assentados se estabelece na forma de manifestações coletivas. Uma luta que nasce na conquista da terra e se espacializa no território conquistado: o território camponês. O presente trabalho desenvolvido no Assentamento 17 de Abril/Restinga, região nordeste do estado de São Paulo, possui 157 famílias, onde foram entrevistados 60 assentados responsáveis pelos lotes. Verificou-se que o processo de formação social que se iniciou no acampamento não teve continuidade promovendo uma desconexão entre formação política e o cotidiano dos assentados, prejudicando o avanço da luta e comprometendo a construção de uma nova estrutura baseada na cooperação. Concluiu-se que várias questões deixaram de ser refletidas pelo movimento social permitindo a reprodução do individualismo, a hierarquização, um descolamento da representatividade das lideranças em relação à base degenerando o avanço na luta camponesa.

Palavras chaves: reforma agrária, formação social, assentamentos rurais

THE CONSOLIDATION OF THE SOCIAL BEING IN THE ASSENTAMIENTOS - OF THE COLLECTIVE CONSTRUCTION TO THE INDIVIDUALIZACIÓN

ABSTRACT: Non land democratization in Brazil caused a series of conflicts that culminated with the formation of social movements of the fight for the land, among them, the MST. The actions of the movements had forced the governments to make the reform agrarian, not exactly one that the social movements demand, only one policy of the land distribution. The objective of the movement of the agricultural workers without the land is the construction of a socialist society that happens for the construction of the new man and the new woman. The objective is to analyze praxis of this construction of the productive, political point of view social and. The fight of the based farmers if it establishes under the form of collective manifestations. A fight that takes in the land conquest and conquered territory: the farmer of the territory. The present work became establishment 17 de Abril-Restinga, northeastern region of the state of São Paulo, has 157 families, when he is responsible for the portions had been interviewed with 60 based ones. It was verified that the process of the social formation that if it initiated in the rural did not have continuity promoting of a disconnection between the policy of the formation and the daily one of the seated ones, damaging the advance of the fight and jeopardizing the construction of a new structure based on the cooperation, hierarchy, a spacing of the representation of leaderships with respect to the base was concluded which some questions had gone away of the work by the social movement allowing the reproduction of the individual and degeneration the advance in the farmer of the fight.

Key-words: agrarian reform, social formation, rural establishment

¹ Zootecnista. Mestre em Zootecnia pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias – Unesp. Campus de Jaboticabal.

² Geógrafo. Professor Adjunto do Departamento de Economia Rural e do Programa de Pós-Graduação em Zootecnia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias Unesp. Campus de Jaboticabal. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp. Campus de Presidente Prudente.

INTRODUÇÃO

1. Luta pela terra

O acesso restrito a terra desde a época da colonização do Brasil provocou uma série de conflitos rurais que deram origem diversos movimentos sociais de luta pela terra. Este fato levou os governos a adotarem medidas no sentido de apaziguar os conflitos, mas as ações não ultrapassaram a visão política de distribuição de terras.

Entretanto, em se tratando da estrutura fundiária arcaica do Brasil, a política de distribuição de terras constituiu-se em grande vitória dos movimentos sociais rurais, mas há uma série de conquistas a ser feitas, enfrentamentos de estratégias de produção e organização que viabilizem a reprodução social do campesinato.

A história do Brasil é marcada por grandes conflitos no campo, que foram determinados pela luta em busca do direito à terra e o direito de trabalhá-la, a exemplo das lutas dos bóias frias, dos arrendatários, dos meeiros e dos posseiros. Somente por meio de uma intensa luta local, fundamentada nos acampamentos e ocupações de fazendas improdutivas, e com uma consistente articulação nacional, tornou-se possível recolocar a reforma agrária como prioridade de medida governamental.

Um processo que a sociedade brasileira vivenciou a partir da segunda metade dos anos 1980. A organização dos movimentos sociais levou não apenas ao assentamento de 300 mil famílias nos últimos 15 anos, como também, alterou a monotonia do latifúndio concentrador da terra com o surgimento de inúmeros acampamentos de lona preta, que fazem parte do cotidiano em dimensão nacional.

Mais do que acampamentos “itinerantes” a paisagem tem se modificado não somente no quadro econômico local como também no quadro social que ultrapassa a dimensão do processo produtivo na agricultura (SANTOS, 1998; STEFANIAK, 2003 e BERGAMASCO & NORDER, 2003).

Segundo os dados do INCRA, entre 1992 e 1998, os imóveis com mais de 2 mil hectares por fazenda, que eram 19.077, aumentaram para 27.556. A área controlada por este setor aumentou de 121 milhões para 178 milhões de hectares, representando 43% de todas as terras do país. (STÉDILE, 2005).

2. Os assentamentos de sem-terra e a formação social dos sujeitos

Segundo os dados do DATALUTA/NERA (2007), existem no Brasil cerca de 5.200 assentamentos rurais distribuídos pelas várias regiões brasileiras, ocupando uma área aproximada a 25,5 milhões de hectares. Estão assentadas 569.733 famílias, em projetos de assentamento de reforma agrária do governo federal, ações de governos estaduais e projetos de colonização realizados no período de 1970-2000.

Tomando o movimento de luta pela terra como referência nesta abordagem, os trabalhadores rurais, por meio de ações políticas, vão modificando e acrescentando novos conteúdos ao termo assentamento e se desdobram novas ações políticas e lutas de confronto com o Estado por assistência técnica, crédito, infraestrutura, etc. (FABRINI, 2002).

Esses elementos devem comparecer em todas as ações do movimento, inclusive na decisão e utilização do crédito. As ações coletivas são aquelas marcadas por um conteúdo de classe social. São ações motivadas por uma identidade política construída no processo de luta pela terra e possuem perspectivas de questionamento do poder e transformação da estrutura da sociedade (FABRINI, 2005).

Os assentamentos de reforma agrária surgem como resultado da organização e da mobilização dos trabalhadores sem-terra que se materializam a partir das ocupações de terra. Não são apenas lugares dedicados à produção agrícola/pecuária/agroindustrial, mas também o lugar do debate político, no qual se discutem questões como a conquista da terra e a continuidade articulada

das lutas. Durante o período de acampamento, que antecede ao assentamento, uma série de embates são travados no intuito de se construir o ser social. Dependendo da prática estabelecida, ter-se-á uma consciência individualista ou coletiva do sujeito. (CRISTOFOLLI, 2000; FABRINI, 2002).

Portanto, a luta dos camponeses assentados em variadas formas de manifestações coletivas, trata-se de luta contra as regras do capitalismo. Uma luta que nasce na conquista da terra e se espacializa na terra conquistada, formando o território do camponês. O questionamento da ordem capitalista se materializa em ações como as ocupações de terra, as organizações de produção e as cooperativas nos assentamentos, etc. (FERNANDES, 1996).

A espacialização e o desdobramento das lutas a partir da terra conquistada constituem num fato novo e marcante na luta dos trabalhadores camponeses. A partir da conquista da terra são construídas ações contra a opressão a que os camponeses sem-terra estão submetidos. Enquanto os movimentos camponeses do passado (Canudos, Contestado) resistiam à opressão sem ter clareza das relações que produziam a sua subordinação, o MST e os assentados têm consciência desta condição, expressando resistência na terra por meio das manifestações coletivas. Os assentados não lutam somente contra os efeitos e mazelas do capitalismo, mas contra o próprio capitalismo (FABRINI, 2002).

De acordo com Bedelli & Medeiros (2005), as relações entre os agricultores e de forma individual sofrem passagens por alterações importantes. O aprendizado com a terra e com o assentamento passa muitas vezes a estabelecer relações nunca antes realizadas, como a experiência de fazer reuniões, de coordenar, de respeitar a decisão e opinião dos outros, de fazer cumprir as decisões tomadas no grupo e do convívio social. Estas situações colocam as pessoas frente à reflexão de suas práticas e tendem a apontar um novo modo de vida com o assentamento. O choque com a herança cultural nem sempre é evitável, a diferença entre a trajetória de vida e o que encontram na proposta de organização de um assentamento.

A multiplicidade de relações que são construídas com a chegada de um assentamento em determinada região ou município, para além do impacto de circulação financeira, já que via de regra, anteriormente à chegada dos assentados, o antigo proprietário não contribuía na mesma dimensão com o valor agregado regional, quando não exportava o pouco produzido, os assentamentos rurais modificam as relações econômicas regionais e ao mesmo tempo com a própria terra, tornando-a via de regra mais produtiva (SANTOS, 1998).

MATERIAL E MÉTODOS

Uma análise geral sobre Reforma Agrária como processo de desenvolvimento do sujeito social no campo e como sua função prático-social se aproxima de um novo projeto de sociedade é extremamente difícil frente a uma política de distribuição de terras. Por sua vez cabe uma reflexão sobre as práticas socioespaciais dos sujeitos e verificar em que medida elas superam as perspectivas distributivistas e individualistas da propriedade privada no campo.

A reforma agrária sabidamente aponta para uma profunda alteração nas condições de vida dos trabalhadores rurais sem-terra, pois segundo NORDER (2003), a reforma agrária gera emprego e possibilita a superação da situação de pobreza que atinge uma larga parcela da população rural brasileira.

A hipótese básica do trabalho é de que os movimentos sociais, assim como se encontram hoje, apresentam após o acampamento dificuldades na consolidação da formação coletiva dos assentados rurais e, em muitos casos, as práticas socioespaciais reforçam os valores da sociedade capitalista no que toca a questão do individualismo das famílias, embora os movimentos representem significativo avanço na luta da classe trabalhadora camponesa.

Desta feita, do ponto de vista teórico essa pesquisa utiliza-se de fundamentos crítico-analíticos acerca dos embates que os movimentos sociais enfrentam na condução do projeto de reforma agrária e da sustentabilidade do projeto político de formação coletiva dos assentados (função prático-social).

Do ponto de vista metodológico o recorte se estabelece a partir da aplicação de entrevistas com roteiro semi-estruturado realizadas junto a 60 famílias residentes no Assentamento 17 de Abril, município de Restinga, norte do estado de São Paulo.

O instrumento (entrevista) se estruturou com base na reforma agrária como trajetória de luta e resistência na posse e tenência da terra, mas, sobretudo como função prático-social importante na construção/formação coletiva dos assentados.

O período de realização da pesquisa foi de março de 2003 a fevereiro de 2005. As 60 entrevistas foram realizadas aleatoriamente entre os assentados, utilizou-se para isso a metodologia de amostragem recomendada por TOMPKIN (1967), que considera que 50 entrevistados mais 2% do total representa uma amostragem significativa de 38,2% para a realização do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o histórico realizado por Albuquerque (2000), a fazenda Boa Sorte está situada ao norte do estado de São Paulo, a 80 km de Ribeirão Preto, no Km 379 da rodovia Cândido Portinari (SP 334) e a 18 Km da cidade de Franca, possui 3025 hectares, fazia parte do sistema de reflorestamento da Companhia Mogiana Estrada de Ferro nas décadas de 40 e 50 do século passado, cumprindo assim a exigência federal da época. Algum tempo depois o sistema ferroviário começou a entrar em crise, até que o governo do estado de São Paulo comprou a companhia Mogiana, além de outras ferrovias que se encontravam na mesma situação, e formou a FEPASA – Ferrovia Paulista S/A. Em 1999 uma forte onda de privatizações tomou conta do cenário brasileiro e as ferrovias entraram no processo de privatização. Em meio ao processo de federalização e privatização, a fazenda Boa Sorte, que estava abandonada, foi ocupada pelos trabalhadores em janeiro de 1998.

A trajetória das famílias até o assentamento se deu a partir de uma forte onda de desemprego ocorrida em Franca/SP, na segunda metade da década de 1990. Os Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados e Vestuários de Franca e região, juntamente com o MST iniciaram o cadastramento das famílias interessadas na luta pela reforma agrária. Em 1º de janeiro de 1998 ocorreu a ocupação da fazenda, que estava sendo explorada ilegalmente por fazendeiros da região, a ação teve participação de cerca de 200 famílias. Após várias situações de ocupação, desocupação e várias liminares de reintegração de posse, em setembro de 1998 houve a conquista e a fazenda Boa Sorte foi destinada à reforma agrária (ALBUQUERQUE, 2000).

Atualmente o assentamento é constituído por 157 famílias e divide-se em duas agrovilas, uma com forte influencia do MST e outra do MLST. Muitos assentados preferiram morar no lote ao invés da agrovila. Cada lote possui em média 15 hectares. Cerca de 90% famílias entrevistadas possuem gado de leite e lavoura branca, ou seja, lavoura de alimentos como feijão, arroz, mandioca, entre outros, grande parte possui pequenos animais como suínos e aves, priorizando a subsistência da família e a produção de excedentes para a comercialização, esses produtos obtidos nos lotes são bastante diversificados diferentemente da característica da produção do município, conforme mostra a Tabela 1.

A identidade de um lugar se dá a partir da construção de vivência. E esta, é construída por meio das relações sociais existentes, da cultura, da expansão do sistema de saúde, educação e da oportunidade de ter seu trabalho. No caso dos assentamentos, a terra é o meio de produção primoroso, por que é dela que vem a dignidade humana, do ir e vir. O lugar é onde temos vínculos que são as razões que nos fizeram morar ali. Os vínculos podem ser: os familiares, proximidade do trabalho, condições econômicas, entre outras (LOPES, 2005).

Tabela 1 – Principais atividades agrícolas segundo o valor da produção no estado de São Paulo e esferas administrativas.

Nível Territorial	Nome	1º produto (em valor de produção)	Ranque
Município	Restinga	Cana-de-açúcar	2
	<i>Interpretação: A principal atividade agrícola do município Restinga é a cultura da Cana-de-açúcar que, por sua vez, é a segunda em importância na microrregião de Franca.</i>		
Microrregião	Franca	Café	4
	<i>Interpretação: A principal atividade agrícola da microrregião de Franca é a cultura do Café que, por sua vez, é a quarta em importância da mesorregião de Ribeirão Preto.</i>		
Mesorregião	Ribeirão Preto	Cana-de-açúcar	1
	<i>Interpretação: A principal atividade agrícola da mesorregião de Ribeirão Preto é a cultura da Cana-de-açúcar que também é a principal do Estado de São Paulo.</i>		
Estado	São Paulo	Cana-de-açúcar	-
	<i>Interpretação: A cultura da Cana é a principal atividade agrícola do Estado.</i>		

Fonte: BARRETO (2006)

A consciência de que a vida estaria bem pior se não tivesse ingressado na luta demonstra a visão dos assentados com relação ao Estado, a divisão de classes, a exploração (Figura 1). A conquista da terra possibilita a construção de uma nova história de vida para essas famílias, mesmo não dispondo ainda de condições necessárias ao bem estar pleno. A conquista da terra representa a garantia do alimento (mesmo que básico) para a sobrevivência da família e garantia de abrigo. Portanto, mesmo não dispondo de uma vida confortável, estável economicamente, os assentados se vêem numa situação bem melhor do que se tivessem permanecido nos locais de origem.

Segundo declarações dos mesmos se não tivessem ingressado na luta estariam desempregados e mesmo que possuíssem emprego também não disporiam de uma vida melhor pois, seriam assalariados ou trabalhadores informais, tendo que arcar com os altos custos da manutenção humana nos centros urbanos.

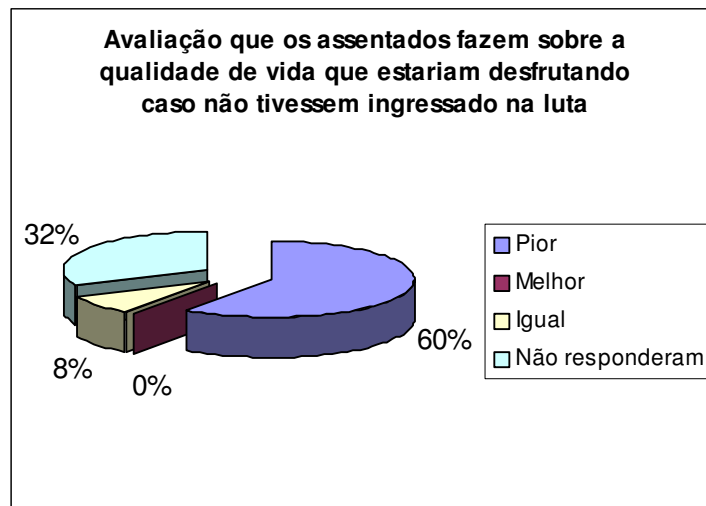


Figura 1 –Motivos que proporcionaram melhora na vida dos assentados

Ao serem questionados sobre a participação dos agricultores junto aos movimentos sociais existentes no assentamento, obtivemos a seguinte informação: que passados 7 anos, uma série de experiências desastrosas ocorreram no assentamento 17 de abril, mas ainda assim a maioria dos assentados estão ligados a um dos movimentos sociais (Figura 2). Isto demonstra certo grau de consciência dos assentados com relação a luta e com a necessidade de organização.

A porcentagem de pessoas ligadas aos movimentos poderia ser ainda maior caso estivessem sendo realizadas atividades coletivas, tanto no campo social, político como no produtivo, afinal, estão assentados devido a uma pré-organização de luta e presença de uma entidade de classe. Este sentido de classe que embora se expresse na perspectiva de luta pela Reforma Agrária, não se consolida a ponto de promover uma clareza acerca da posse e da propriedade, este último que passa a ser um divisor da condição social de classe.

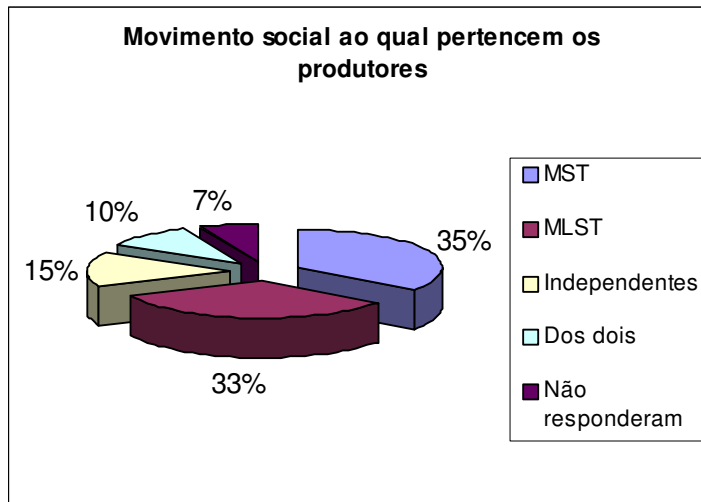


Figura 2 – Movimento social ao qual pertencem os agricultores

Segundo Bedelli & Medeiros (2005), os grupos sociais ao longo da história estabelecem entre ligações das mais diversas e criam uma identidade que passa a constituir um espaço, assim apropriando-se de um território. Ao constituir o assentamento, os camponeses sem-terra constroem uma nova concepção de espaço criando uma identidade de culturas; processos de organização, produção, lazer; novas relações com o mundo, entre as pessoas e com a própria luta.

Trata-se, portanto, de olhar para este assentamento como um movimento sociocultural que se institucionaliza na trajetória de constituição de sua própria identidade. As pessoas que hoje são assentadas, num primeiro momento, passaram por um processo de desterritorialização, perdem parte de sua identidade, enquanto pequenos proprietários, arrendatários ou trabalhadores empregados. Trazem consigo sua cultura anterior, passando agora pela construção de uma nova identidade, uma nova territorialidade a partir da organização do assentamento.

No processo de construir o caminho, ocorreu a lapidação do termo sem-terra. Para estes autores, sem-terra são todos aqueles que trabalham a terra sem serem proprietários dela. No entanto, é Grybowski (1990:57) constrói uma definição dessa identidade: “sem terra é, por definição um nome de sujeito coletivo elaborado nas lutas do movimento sem-terra. A carência, ou melhor, a consciência da comum situação de carência e de exclusão social, decorrente do não ter terra, leva o grupo a elaborar a sua identidade”.

A identidade “sem terra” é algo que se forma no transcorrer da luta, alguns adquirem essa identidade com maior velocidade, outros não, isto demonstra que as ações realizadas no interior do assentamento são de fundamental importância para a construção dessa nova identidade (Figura 3).

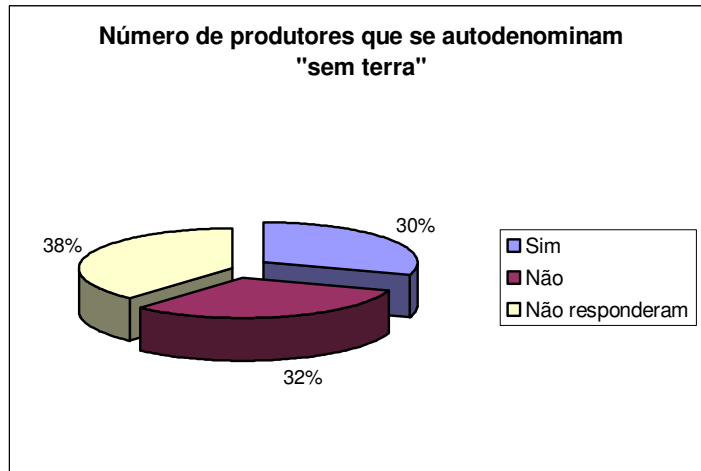


Figura 3. Número de produtores que se autodenominam “sem terra”

Os assentados avaliam que os principais motivos que impediram o desenvolvimento do assentamento foram: a omissão do Estado (45%), que se apresenta de diversas formas como falta de recurso, de destoca no lote, água, energia, orientação técnica. Já 16% dos entrevistados afirmaram ser a falta de união o principal motivo que impossibilitou o desenvolvimento do assentamento decorre da ausência de organização e seleção das famílias antes de serem assentadas. E 13,4% afirmaram ser a relação capitalista estabelecida no interior do assentamento decorrente da presença de madeira, pois alguns assentados estavam trabalhando para as madeireiras e não se dedicavam a produção nos lotes (Tabela 2).

Essas questões deveriam ser debatidas no interior do assentamento no sentido de se fazer a crítica e auto-crítica dos problemas ali existentes. Trabalhando essas três causas basicamente junto aos produtores, a consciência dos mesmos avançaria de forma significativa no sentido de compreenderem o papel que cada um desempenha no interior do assentamento e na sociedade, que a cada um cabe o papel de agente de transformação das relações sociais indesejadas, principalmente as ainda existentes no assentamento.

TABELA-2. Motivos inibidores do desenvolvimento do assentamento 17 de Abril

Motivos	N.º de produtores	%
Presença de madeira	8	13,4
Falta de união	10	16,5
Omissão do estado	27	45,0
Origem urbana dos assentados	3	05,1
Não responderam	12	20,0
Total	60	100

FONTE: Dados da pesquisa

Bedelli & Medeiros (2005), afirmam que a maioria das pessoas assentadas sofre um choque cultural grande com o que vivenciaram historicamente e o que se apresenta em termos de organização para a construção do assentamento. Provavelmente as pessoas entrarão em conflito quando se apresentar uma situação, onde a organização proponha, por exemplo, um jeito de organizar os lotes do assentamento de forma coletiva ou associativa de trabalho. Este conflito se

apresentará em função do que provavelmente tiveram como experiência, ou seja, uma forma individualizada de trabalho. Além do que é também como a sociedade se apresenta.

Neste momento, mais que em qualquer outro, terá que existir um processo de aprendizado com o novo, buscando conhecimentos técnicos e teóricos com experiências de grupos ou organizações que já experimentaram formas coletivas ou associativas de trabalho e convivência.

Considera-se que na medida que se desencadeia a organização do assentamento e os desafios se apresentam, os camponeses tomam consciência da realidade existente e da necessidade de construir de um novo espaço. Aprendem certamente que a organização da produção do assentamento, a comercialização dos produtos, o cuidado com a terra, as relações sociais, a estrutura da sociedade, a dimensão das relações políticas, a construção coletiva do trabalho, o cuidado com as crianças, com os jovens, com os adultos, com os idosos, é uma tarefa que cabe a cada um.

O processo de luta pela terra desperta na maioria dos assentados a consciência da necessidade da organização, da luta e da disposição para se conquistar os direitos da classe trabalhadora, como instrumento de atingir uma vida digna, porém é necessário que outras ações reforcem ainda mais esta consciência e abram o horizonte destas famílias no sentido de descobrirem dentro de si o papel de agente transformador que cada um possui na sociedade.

Os assentados reconhecem a importância da luta processo de avanço da Reforma Agrária(Figura 4). No entanto pontuam que a luta se estabelece nas tarefas internas e externas ao assentamento, não podendo existir um distanciamento das lideranças. O distanciamento configura uma priorização do espaço de luta em detrimento do espaço da produção e da reprodução social, enquanto agricultor assentado.

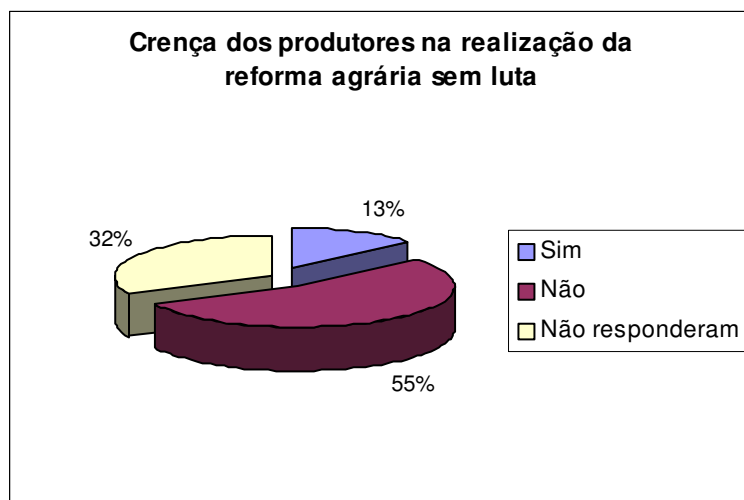


Figura 4 – Crença dos produtores na realização da reforma agrária sem luta

A persistência dos assentados em permanecer no lote mesmo em condições muito precárias demonstra a representação que a terra possui para estas famílias (Tabela 3). Bedelli & Medeiros (2005) afirmam que, os assentados na medida em que são desterritorializados, ou seja, são desenraizados de seus lugares onde mantinham historicamente suas atividades tradicionais, são obrigados a enfrentar novos desafios advindos da necessidade de readaptação no novo território, agora na condição de assentado.

Assim, os assentados na busca de construir uma nova identidade, constroem um novo sentido para sua existência por meio de novos processos políticos e culturais de afirmação de valores mais significativos e solidários.

Os assentamentos ao longo do seu processo de construção são diferenciados uns dos outros. A realidade de cada região faz o jeito de ser de cada um. Existem assentamentos que estão próximos de cidades, outros ficam muito distantes sem condições de acesso a estradas e de

deslocamento da produção, alguns possuem muitas famílias, enquanto outros contam com um número muito pequeno. Estes fatores interferem na consolidação dos assentamentos.

No caso de Restinga sua localização permite um desenvolvimento socioeconômico e o aporte de recursos iniciais com a comercialização da madeira representou um diferencial em relação a muitos assentamentos no estado de São Paulo. No entanto, cabe considerar que o conjunto de forças organizativas apresentavam matrizes teóricas distintas (Sindicato e Movimento Social) e que culminaram ainda com problemas de gestão e consolidação de grupos rivais.

Considerando ainda que o tempo de permanência das famílias no assentamento desde sua consolidação é superior a 75%, uma rotatividade superior a média paulista (10 a 15%) (JORGE & SOUZA, 2003).

TABELA 3. Tempo de permanência no assentamento 17 de Abril/Restinga/SP

Tempo de permanência	N.º de produtores	%
Desde o início 1998	46	76,67
Desde 1999	4	6,66
Após 2002	10	16,67
Total	60	100

FONTE: Dados da pesquisa

O trabalho coletivo e a construção de experiências nesse campo ação de luta são fundamentais para a consolidação da formação social dos sujeitos, possibilitando novas leituras sobre as formas de organização da sociedade como um todo.

Fabrini (2005), afirma que, no que tange ao trabalho coletivo os camponeses possuem uma estimada capacidade de realização de ações coletivas e comunitárias, meio pelo qual garantem a sua existência. Estas ações podem ser verificadas nas lutas para entrar na terra e nela permanecer. São exemplares, as lutas desenvolvidas nos assentamentos de sem-terra em que os camponeses se constituem como sujeitos políticos e vão garantindo a sua existência no sistema adverso (capitalismo) que insiste em fazê-los desaparecer.

De acordo com Neto (2005), a globalização da economia, da política e da cultura traz uma nova postura individualista e neoliberal em que a competição e o mercado substituem as idéias de Estado e de solidariedade.

A partir do acampamento, desdobram-se outros espaços de socialização, como marchas, caminhadas, ocupações de órgãos públicos, reivindicações de infra-estrutura, etc. Nos assentamentos de sem-terra também se verifica organizações de caráter produtivo como na formação de cooperativas, grupos de assentados, associações, núcleos de produção, núcleos de moradias, etc. As ações coletivas não se materializam exclusivamente no trabalho e produção agropecuária, como a coletivização da terra, por exemplo, mas em ações que demonstrem que a cooperação é fundamental na construção de uma nova sociedade, livre da exploração, de classes sociais, quiçá da dimensão privada da propriedade da terra.(FABRINI, 2005)

Verificou-se que ao longo do processo, em que pese sua celeridade as práticas coletivas realizadas desde o acampamento têm forte poder de formação social nos assentados. Significa dizer que se de um lado as práticas de organização coletiva são fundadas na perspectiva tecnico-burocrática, são tais referências que se reafirmam no cotidiano dos assentados, há um fator quantitativo nesse processo cuja reflexão e debate tende encetar um caráter qualitativo.

Dos assentados entrevistados 39% (Figura 5) afirmaram acreditar que através da cooperação alcança-se o desenvolvimento econômico e social das famílias, 13 % afirmaram que acreditam, mas somente se a cooperação envolver um número reduzido de pessoas que tenham afinidades, para evitar desgaste nos relacionamentos. Já 33% não aceitam em hipótese alguma a cooperação, toda a prática coletiva para conquistar a terra não foi suficiente para despertá-los para a importância da coletividade, ou seja, os movimentos de luta pela terra não investiram adequadamente neste aspecto na formação dos assentados após a conquista da terra.

Fabrini (2005) aponta que não se trata de estágios em que o camponês, para garantir a sua reprodução deve romper os vínculos de lote individual, passar pelo comunitário, e chegar à organização da produção coletiva. O que ocorre é que as ações comunitárias podem ser potencializadas e se transformarem em ações coletivas, garantindo a reprodução camponesa.

As afirmações revelam que privilegiar a discussão política promove distanciamentos em relação ao coletivo e gera mecanismos de controle, coerção e cooptação. Nestes casos, não ocorre um crescimento do coletivo frente a questão política da reforma agrária e produz uma categorização e perpetuação de lideranças nos assentamentos que geram rupturas, desconfianças e retrocessos na luta, afirmam os assentados.

A solidariedade que a proximidade espacial dos lotes de terra permite, por exemplo, pode ser potencializada politicamente, transformando-se em ações coletivas capazes de promover alterações na relação de poder. As ações comunitárias se manifestam na solidariedade entre as famílias e vizinhos como na troca de dias de serviço, mutirões para plantação, cuidado com as lavouras, colheitas, etc. É no conjunto de atividades festivas ou laborais que se constitui a oportunidade de reflexão crítica sobre o fazer e as alterações em sua realidade.

No entanto, a condução desse processo precisa ser realizada com práticas cotidianas, que se referem à produção e à reprodução social dos trabalhadores rurais. A consolidação de práticas transparentes e, sobretudo, de mecanismos de formação e alteração de lideranças, constituindo em todos os membros da comunidade responsabilidades de dirigente. As práticas discursivas não são suficientes para consolidar uma dimensão prática de coletividade e de visão social de mundo que se distancie dos padrões do capitalismo contemporâneo. Das questões centrais do trabalho coletivo comparece o envolvimento das lideranças nas tarefas cotidianas, revelando um processo de comando e hierarquização.

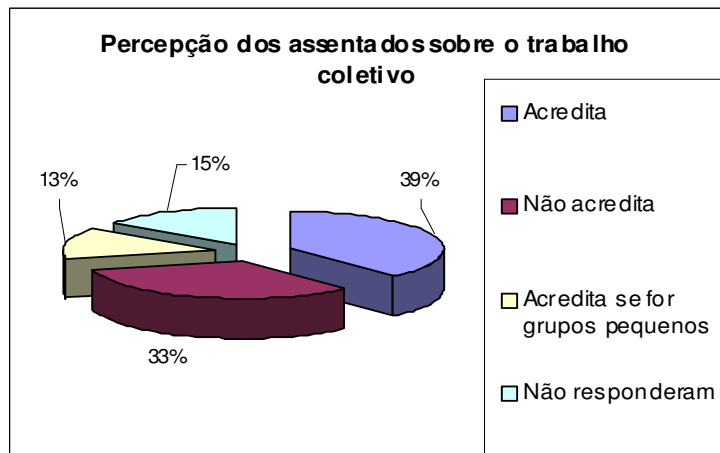


Figura 5 – Percepção dos assentados frente ao trabalho coletivo

CONCLUSÃO

Com a arregimentação de trabalhadores rurais sem terra para conquista da reforma agrária se inicia um processo de formação social fundamental na construção coletiva dos assentados, os acampamentos.

No entanto, a partir destas experiências, as relações humanas tendem a se aprofundar e nesta espacialidade deve-se buscar a construção de novas práticas para a formação de novas perspectivas de consciência de classe. Uma classe até então marginalizada pela sociedade que passa a assumir um papel ativo, tornando públicas as injustiças do campo e o desejo de mudança nos rumos da sociedade.

O próprio sistema capitalista elabora elementos relativos à nova condição social dos assentados: a de proprietário rural. As práticas sociais dos movimentos podem reafirmar estes

modelos e condições sociais capitalistas e aprofundá-las na individualização ou pode avançar na consolidação de uma nova formação social dentro dos assentamentos.

Observa-se que a retórica não é suficiente para introdução de novas perspectivas de organização social e seus equívocos representam recuos sistemáticos à estruturação dos assentamentos bem como na ampliação dos mecanismos de luta da classe trabalhadora.

Considera-se que o papel desempenhado pelo movimento social é de elevada importância para a formação social dos assentados, porém verificou-se que o processo de formação social que se iniciou no acampamento não foi consolidado após o assentamento, houve uma desconexão entre formação política e o cotidiano dos assentados, prejudicando o avanço da luta e, portanto, comprometendo a construção de uma nova sociedade baseada na cooperação. Cabe ao movimento social dar maior ênfase na construção social dos assentados após o assentamento consolidando a construção do novo homem e da nova mulher.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. , CARVALHO FILHO, J. J. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Campinas: ABRA. v. 22. p.36-54. set./dez. 1994.
- ALBUQUERQUE, V. O. Derrubando cercas, conquistando o chão: a luta dos assentados da fazenda Boa Sorte. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. UNESP FRANCA. 2000. 104 p.
- BARRETO, A. G.P. (coord.); SPAROVEK, G. (sup.). Atlas Territórios Rurais, 2004 (Banco de dados). Piracicaba/Brasília:ESALQ/USP In:Consórcio de Informações Sociais, 2006. Disponível em: www.cis.org.br. Acesso em 30 set.2006.
- BELEDELLI, S.; MEDEIROS, R. M. V. Assentamento, sua cultura, identidade e organização. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. São Paulo:Universidade de São Paulo. Mar. 2005. p. 1729-1742, 1 CD-ROM
- BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Imagem, 2003. 191p.
- CHRISTOFFOLI, R. I. O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo: limite e possibilidade. 2000. 343 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.
- DATALUTA/NERA – Núcleo de estudos, pesquisa e projetos de reforma agrária. DATALUTA: Banco de dados da luta pela terra. Presidente prudente. UNESP. 2000. Série Estudos, n.3, 2001. 86p.
- FABRINI, J. E. As manifestações coletivas e comunitárias como componentes da resistência camponesa. Anais do X Encontro de geógrafos da América latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo – p. 4690 à 4698.
- FABRINI, J. E. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro oeste/PR enquanto território de resistência camponesa. 2002. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.
- FERNANDES, B. M. MST - Formação e Territorialização.São Paulo: Hucitec. 1996.285 p.
- GRZYBOWSKI, C. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. 2. Ed. Petrópolis:Vozes, 1990.
- JORGE, W. J.; SOUZA, J. G. Os programas especiais de financiamento como instrumentos de integração socioeconômica em assentamentos rurais: as intenções e os fatos. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (Coord.). **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2003. p. 187-212.
- LOPES, A. P. Assentamento 1º de janeiro: estrutura e formas de vida das famílias. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. Universidade de São Paulo. Mar. 2005. p. 7941-7961, 1 CD-ROM

NETO, C. C. ; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à “reforma agrária ecológica” no Brasil?. Disponível em [www.ar/libros/ecologia/neto.pdf.resultado adicional](http://www.ar/libros/ecologia/neto.pdf.resultado_adicional). Acesso em 21 mar. 2005.

NORDER, L. A. C. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; AUBRÉE, M.; FERRANTE, V. L. S. B. (Coord.). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2003. p. 187-212.

SANTOS, A.C. A redução do perfil de subsídio no PROCERA no plano Real.Ijuí, 1998,5p.

SOUZA, J. G. O conceito de trabalho no livro didático de Geografia. Monografia de bacharelado em Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP: Presidente Prudente. 1991. 155 p.

STÉDILE, J. P. Entrevista João Pedro Stédile: líder do MST brasileiro. Disponível www.carosamigos.terra.com.br/revista/edicoes/ed83/joão. Acesso em 24 jan. 2005.

STEFANIAK, J. N. Propriedade e função social: perspectivas do ordenamento jurídico e do MST. Ponta Grossa: UEPG, 2003. 154p.

TOMPKIN, J. R. Estatística e métodos de pesquisa em Ciências Sociais Rurais. Piracicaba:ESALQ/USP, 1967.